

CLEISA DOS SANTOS SANTANA CONCEIÇÃO
MAIRA ALVES DE OLIVEIRA BARBOSA
ANDREYNA NATALY NUNES DE CASTRO
FELIPE FREITAS ARAÚJO

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA E NEUROPSICOLOGIA

UM GUIA SOBRE OS
FUNDAMENTOS PRINCIPAIS E
AS POSSIBILIDADES DE
ATUAÇÃO



Direitos para esta edição – Instituto Fratelli
Rua Vicente Nogueira Braga -214, Fátima. Fortaleza (CE)
(85) 9 99795-7277 | contato@institutofratelli.com
Setembro de 2024

ORGANIZAÇÃO

Instituto Fratelli

AUTORES

Cleisa dos Santos Santana Conceição
Maira Alves de Oliveira Barbosa
Andreyana Nataly Nunes de Castro
Felipe Freitas Araújo

ORIENTAÇÃO

Francisco Luan De Souza Carvalho
Karianne Nayara Da Costa Ferreira

REVISÃO

Beatriz Fernandes
Ana Paula Oliveira

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Equipe de Artes Fratelli

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA E NEUROPSICOLOGIA: UM GUIA SOBRE OS FUNDAMENTOS PRINCIPAIS E AS POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO. CONCEIÇÃO, Cleisa dos Santos Santana; BARBOSA, Maira Alves de Oliveira; CASTRO, Andreyana Nataly Nunes de; ARAÚJO, Felipe Freitas. Instituto Fratelli - Fortaleza, CE. 2024.

SUMÁRIO

04	APRESENTAÇÃO
05	INTRODUÇÃO
08	CONCEITOS BÁSICOS E OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA
11	TIPOS DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA
15	POR DENTRO DA NEUROPSICOLOGIA
21	REABILITAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA
23	REFERÊNCIAS



APRESENTAÇÃO

O presente material reúne os principais fundamentos da Avaliação Psicológica, trazendo também elementos importantes da Neuropsicologia e como esses dois campos se associam no que se refere às suas práticas e pressupostos. Foi desenvolvido com a finalidade de auxiliar, de forma didática, estudantes e profissionais a compreenderem aspectos relevantes da Avaliação Psicológica, além de buscar fomentar o debate sobre os limites e possibilidades da Neuropsicologia enquanto campo interdisciplinar.

O Ebook foi organizado como um guia claro e objetivo, facilitando assim a aprendizagem e permitindo uma aproximação com esses dois campos que, apesar de distintos, não se dissociam em seus aspectos teórico-metodológicos. Além disso, considerando o caráter dinâmico do processo de aprendizagem, foram disponibilizados alguns estudos e questionamentos para que você possa se aprofundar nas temáticas abordadas.

INTRODUÇÃO

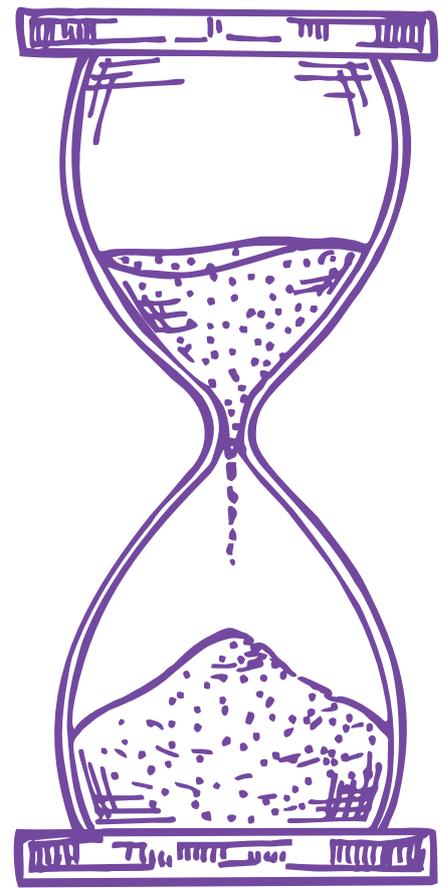
A avaliação psicológica e a neuropsicologia são duas áreas distintas da psicologia, mas que muitas vezes trabalham juntas para entender o funcionamento da mente humana e do comportamento. Embora compartilhem muitos objetivos e técnicas, essas áreas têm uma abordagem e objetivos próprios. É importante compreender as diferenças e as semelhanças entre essas áreas, o que corresponde a cada uma e o potencial de seu uso combinado, para assim entender de forma mais eficaz a demanda dos indivíduos com questões psicológicas, neurológicas e do desenvolvimento.

A Avaliação Psicológica é definida como um processo estruturado de investigação de fenômenos psicológicos, que conta com métodos, técnicas e instrumentos específicos e tem como objetivo dar à psicóloga informações necessárias à sua tomada de decisão, podendo ser utilizada em âmbito individual, grupal ou institucional, sempre com base nas demandas, as condições e uma finalidade específica (CFP, 2022). Já a Neuropsicologia é uma área de atuação da psicologia que diz respeito à relação entre funções do sistema nervoso e o comportamento humano, usando conhecimentos e construtos teóricos relacionados a neurociências, a avaliação psicológica e a psicologia do desenvolvimento (CFP, 2022).

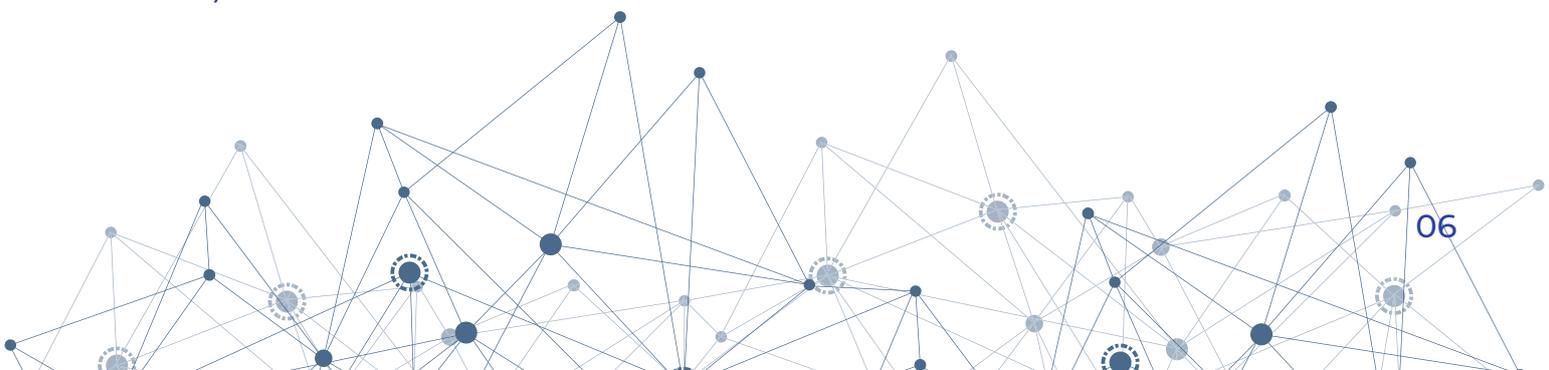
VOCÊ SABIA?

A Resolução CFP nº 31/2022 é a resolução vigente que estabelece as diretrizes para a realização da Avaliação Psicológica no exercício profissional da psicóloga e também regulamenta o *Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI)*.

No século XIX, período em que o psicólogo era bastante centrado na área educacional, com suas principais atribuições sendo avaliar o rendimento escolar e também a capacidade intelectual dos estudantes (Vieira, Fay & Neiva-Silva, 2007), Binet e Spearman foram precursores de dois movimentos distintos, um com preocupações psicopedagógicas e clínicas de caráter mais prático, focado em detectar déficits cognitivos e o potencial acadêmico do testado, e outro de caráter mais teórico, tendo como foco o desenvolvimento da própria teoria psicométrica, esse sendo mais popular entre os psicólogos de orientação estatística, ambos os movimentos foram responsáveis pelo desenvolvimento da Psicometria Clássica, que deu início ao campo da avaliação psicológica, através da elaboração dos primeiros testes de aptidão e inteligência (Pasquali, 1999).

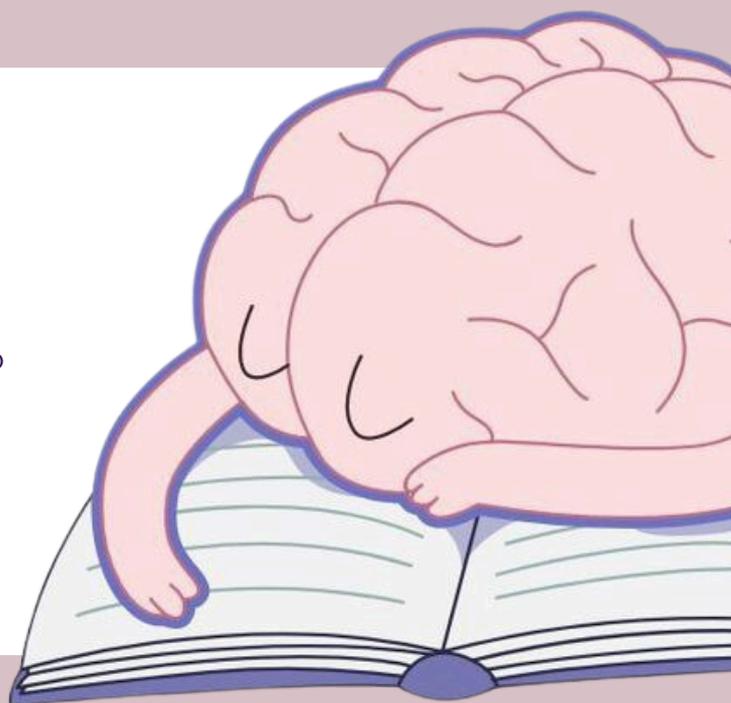


Nesse mesmo período, Broca e Wernicke já haviam descrito a relação entre as lesões ocorridas em partes específicas do cérebro com o surgimento do que denominaram afasias, que seriam prejuízos na capacidade de entender ou emitir a linguagem de forma adequada, também já haviam achados que correlacionaram lesões no lóbulo occipital com a perda total da visão (Kristensen, et al., 2001). No século XX, com o avanço da avaliação das funções cognitivas relacionadas ao cérebro, o termo Neuropsicologia surge em 1913 por William Osler. MacLean descreveu o sistema límbico e contribuiu com as especificidades dos hemisférios, Teuber, Weiskrantz e Shallice mostraram a independência dos tipos específicos de processamento da informação e evidenciaram a separação das funções psíquicas (Mäder, 1996).



O principal ponto de encontro entre a avaliação psicológica e a neuropsicologia é a avaliação neuropsicológica, visto que por meio dela a psicométria teve influência na neuropsicologia desde seu início (Mäder, 1996). A avaliação neuropsicológica é um procedimento de investigação das relações entre cérebro e comportamento, destacando as disfunções cognitivas associadas aos distúrbios do sistema nervoso central, podendo atuar na identificação do risco aumentado em pacientes que podem desenvolver doenças neurais e estabelecendo padrões de desempenho comum. Os instrumentos que fazem parte da avaliação neuropsicológica são observação, entrevistas e o uso de testes psicológicos, que pode fazer parte do diagnóstico clínico, de reconhecer o perfil cognitivo do testado e sua estimativa de evolução e seu prognóstico, além de delinear um programa de reabilitação cognitiva e acompanhamento do tratamento farmacológico e psicossocial (Hamdan e Pereira, 2009).

Por fim, Mäder (1996) elucida que a psicóloga que tem interesse na área da avaliação neuropsicológica deve reconhecer a complexidade de cada uma das funções psíquicas e das diferentes formas de avaliá-las por meio dos testes, ciente disso, se faz necessário aprofundar seus estudos sobre o funcionamento cerebral e as diversas patologias do Sistema Nervoso Central.

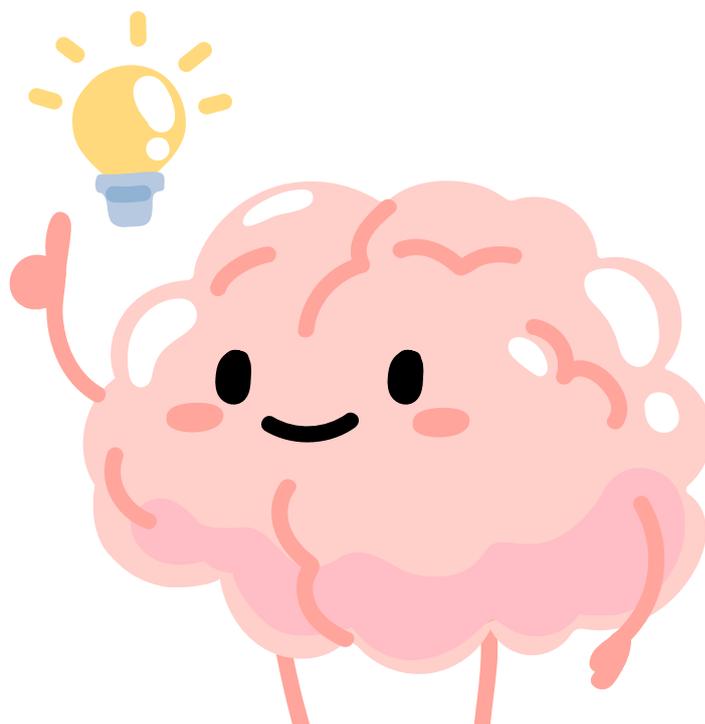


CONCEITOS BÁSICOS E OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

UM POUCO DE PSICOMETRIA

Dentro dos processos de Avaliação e Testagem psicológica é fundamental compreender os conceitos referentes à Psicometria, sendo esta a área da Psicologia que se ocupa em mensurar os processos psíquicos, não se restringindo apenas ao conjunto de técnicas e procedimentos associados à construção e validação de testes psicológicos, mas voltando-se sobretudo para a construção de evidências dos modelos teóricos (Reppold, et. al, 2015; Pasquali, 2009).

Existem duas vertentes principais na Psicometria: a Teoria Clássica dos Testes (TCT) e a Teoria de Resposta ao Item (TRI). De uma forma geral, enquanto a TCT se preocupa em produzir testes de qualidade, a TRI se interessa em produzir itens de qualidade (Pasquali, 2009). Neste sentido, existem alguns parâmetros que permitem a legitimação de um teste ou item, sendo estes:





VALIDADE

A validade de um teste é definida como a capacidade de medir aquilo que ele se propõe a medir. Neste sentido, no processo de validação de um teste, é essencial que os construtos ou itens a serem medidos sejam definidos de forma sistemática para que, assim, os itens sejam preparados para se adequarem às definições do construto (Pasquali, 2009).

Vejamos um exemplo: se um teste se propõe a avaliar a capacidade de memória operacional, é preciso definir detalhadamente o que é a memória operacional e os seus elementos a fim de construir itens que irão medir justamente o que se pretende medir. Portanto, se o instrumento pretende avaliar a memória operacional, ele não seria válido se as suas formas de avaliação demandam apenas a capacidade de memória episódica.

FIDEDIGNIDADE



É a precisão de um teste, que de acordo com Anastasi & Urbina (2000), vai se referir à estabilidade dos escores de um mesmo participante em contextos de aplicações diferentes ou com diferentes conjuntos de itens equivalentes. Portanto, podemos considerar que o grau de fidedignidade de um teste é definido a partir da similaridade dos escores em aplicações distintas (Zanon & Hauck Filho, 2015).

VOCÊ SABIA?

Um teste que não é fidedigno não será válido, pois não é capaz de medir o construto de forma apropriada.



NORMATIZAÇÃO

Podemos entender a normatização de um instrumento como a uniformidade na interpretação dos escores, ou seja, é o desenvolvimento das normas que possibilita a interpretação de determinado escore. Sendo assim, o referencial fornecido pelas normas vai garantir que o profissional possa classificar os escores como baixos, medianos ou altos (Pacico, 2015; Pasquali, 2009).

Além disso, as normas de um teste irão representar o desempenho de uma amostra de padronização, sendo que as diferenças culturais, de linguagem e do nível de desenvolvimento podem se constituir como elementos capazes de comprometer a fidedignidade de um instrumento. Portanto, aquele teste que foi produzido em um contexto cultural diferente precisa ser normatizado para o lugar onde será importado (Ottati & Noronha, 2003; Pacico, 2015).

PADRONIZAÇÃO



A padronização de um teste refere-se à uniformidade na aplicação do instrumento, com a finalidade de garantir o seu uso adequado. Neste sentido, é necessário que todos os procedimentos envolvidos no uso do teste sejam uniformizados (Pasquali, 2001; Ottati & Noronha, 2003). Tais procedimentos incluem desde as condições relativas às instruções e orientações dos manuais até o desenvolvimento de critérios de interpretação (Ottati & Noronha, 2003).

PARA REFLETIR

Você consegue citar as contribuições da Psicometria para o campo da Neuropsicologia?

PARA APRENDER MAIS

Leia o artigo “Contribuições da psicometria para os estudos em neuropsicologia cognitiva”.

[CLIQUE AQUI PARA ACESSAR O ARTIGO](#)

TIPOS DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

A avaliação psicológica (AP) é uma prática exclusiva do psicólogo, iniciou-se no início do século XIX com Sperman e Binet, e possui o objetivo de observar, analisar as funções mentais, descrever e classificar o comportamento humano através da psicometria entrelaçada com a história de vida do sujeito e/ou outras fontes de informação. Esse processo é compreendido por meio da utilização de testes psicológicos para avaliar o processamento das funções cognitivas de receber as informações pelo sujeito (input); perceber, avaliar e interpretar essas informações (elaboração) e, assim, compreender o comportamento, externalizando suas percepções ou, por assim dizer, comunicando o resultado (output). (Vieira, Fay & Neiva-Silva, 2007).

Compreendendo um pouco sobre a AP, é possível salientar a importância do planejamento minucioso da escolha dos instrumentos e técnicas utilizados na avaliação, já que é um trabalho que exige do psicólogo engajamento no processo para que compreenda o indivíduo com biopsicossocial para que não comprometa a fidelidade dos resultados. Além disso, é indispensável mencionar a utilização necessária do Sistema de Avaliação dos Testes pela plataforma SATEPSI, regulamentada pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP). (Vieira, Fay & Neiva-Silva, 2007; Schneider, Marasca, Dobrovolski & Müller, 2020)

SEGUNDO OS AUTORES, HÁ ALGUMAS ETAPAS NECESSÁRIAS DURANTE O PLANEJAMENTO DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA:

Definir o objetivo, motivo e expectativa da avaliação:

Sendo este o ponto de partida da avaliação, é essencial o comprometimento do psicólogo, visto que muitas vezes as pessoas que estão encaminhadas ou procuram por conta própria esse serviço nem compreendem ao certo o motivo de estarem neste lugar e/ou sequer sabem do que se trata uma Avaliação Psicológica (AP).

Busca de literatura sobre o que se pretende avaliar e decisão sobre o uso de técnicas e testes psicológicos e fontes complementares de informação:

Neste momento, o psicólogo deve se dedicar a aprofundar seus conhecimentos técnicos sobre a demanda que pretende avaliar, buscando literatura especializada.

Isso proporcionará uma maior fidelidade ao processo de Avaliação Psicológica (AP) e ao resultado futuro. Sendo assim Schneider, Marasca, Dobrovolski & Müller (2020), listam algumas fontes confiáveis que podem ser buscadas: Revistas científicas pelo Portal de Periódicos Capes; Google Acadêmico; base de dados como a BVS-PSI; Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica; Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos (ASBRo). Portanto é indispensável a busca de fontes de literatura confiáveis durante o planejamento, para que assim o psicólogo escolha e se aproprie dos instrumentos que devem ser utilizados no processo (sejam testes psicológicos e/ou outras técnicas), constantemente avaliando as evidências de validade e normas destes;

Se necessário o uso de testes psicológicos:

O psicólogo precisa avaliar se o teste é validado por meio do Sistema de Avaliação dos Testes pela plataforma SATEPSI. Caso esteja favorável para o uso é indispensável a consulta nos manuais dos testes a respeito do construto, padronização, normas e validade/precisão.

Portanto, a partir da compreensão destas etapas, o estudante e o profissional de psicologia devem possuir conhecimento sobre os testes psicológicos para uma Avaliação Psicológica (AP) e neurológica, que são comumente usados na contemporaneidade. Esses testes são instrumentos e técnicas de avaliação da personalidade e das funções mentais. (Vieira, Fay & Neiva-Silva, 2007).



As funções mentais ou funções executivas “referem-se à capacidade do sujeito em engajar-se em um comportamento orientado a objetos, realizando ações voluntárias, independentes, auto-organizadas e direcionadas a metas específicas”. (Capovilla, 2006, p. 239) Estas são divididas em memória de trabalho, atenção seletiva, controle inibitório, flexibilidade e planejamento (Capovilla, 2006)

Portanto alguns testes podem ser utilizados para analisar esses construtos, citaremos aqui algumas possibilidades que se encontram favoráveis no Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI):

MEMÓRIA

- Teste de Memória de Reconhecimento (TEM-R; TEM-R-2);
- Teste de Memória de Reconhecimento Memore (Memore);
- Teste Pictórico de Memória 2 (TEPIC-M-2).

INTELIGÊNCIA

- Escala de Inteligência Wechsler para Adultos (WAIS III);
- Escala de Inteligência Wechsler para Crianças (WISC - IV);
- Bateria de Provas de Raciocínio (BPR-5);
- Teste Não-Verbal de Inteligência (R-1, G-36, G-38);
- Teste Não-Verbal de Inteligência Geral (BETA III).

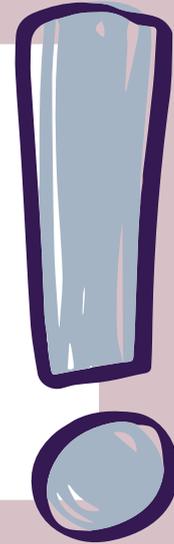
ATENÇÃO

- Teste de Atenção Concentrada (TEACO-FF, AC-15);
- Teste de Atenção Alternada (TEALT);
- Teste de Atenção Dividida (TEADI).

PERSONALIDADE

- Técnicas projetivas: Zulliger, Teste de Apercepção Temática (TAT), HTP (casa, árvore, pessoa);
- Técnica expressiva: Palográfico.

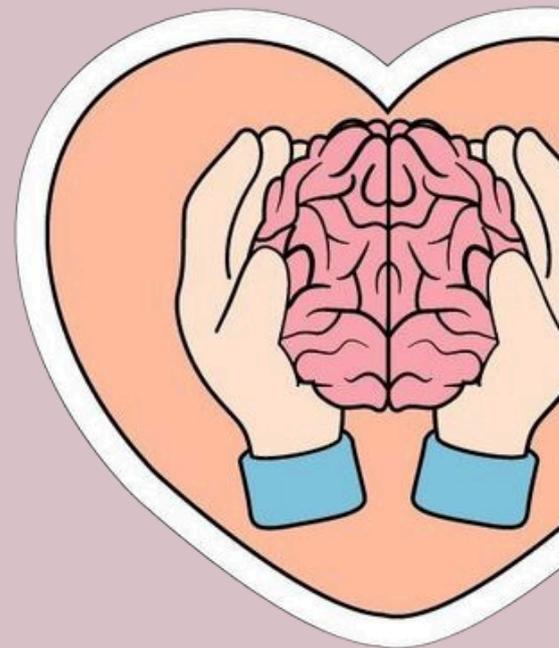
Lembrando que os testes psicológicos mencionados estão favoráveis no SATEPSI, contudo é indispensável a verificação no sistema quando forem se utilizar do material. Visto que, a depender das atualizações, podem vir a ficar desfavoráveis.



Portanto é possível compreender que o planejamento de uma avaliação psicológica (AP) e neurológica não é um processo simples ou muito menos uma 'receita de bolo', é um processo que possui estruturas diversas a depender do sujeito e contexto encontrado, demandando do profissional de psicologia conhecimento técnico para a elaboração qualificada e com olhar individual para cada avaliação.

POR DENTRO DA NEUROPSICOLOGIA

A neuropsicologia é um campo da ciência que iniciou com a medicina, mais especificamente com a neurologia, mas com a expansão do modelo biopsicossocial na contemporaneidade, a psicologia conquistou espaço nos contextos da saúde pública, principalmente na psiquiatria no século XIX, o ramo se estendeu para a neurologia no início do século XX, onde esta área da medicina despertou interesse pelas relações entre lesões cerebrais e comprometimento cognitivo (Hamdam, 2009).

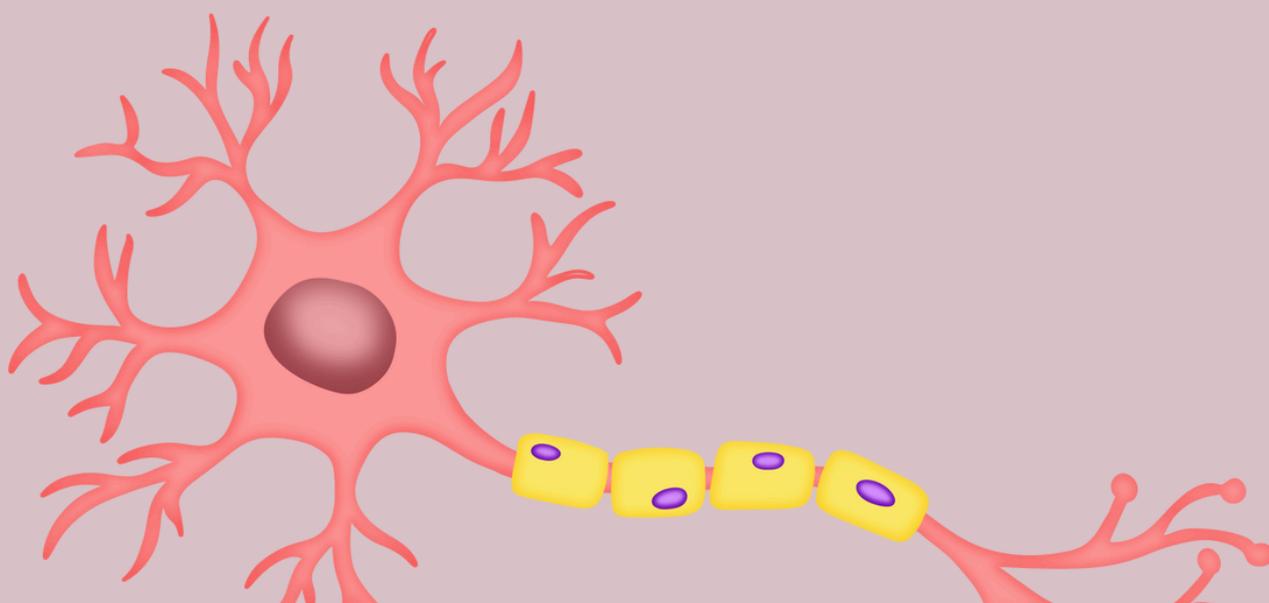


Desde então a neuropsicologia destina-se ao estudo minucioso e compreensão do Sistema Nervoso Central (SNC) e das suas funções cerebrais, principalmente o encéfalo. O SNC é essencial no entendimento do comportamento humano, sendo este último dividido em três dimensões: cognitivas, emocionais e funções executivas. (Silva, et al., 2016).

Percebe-se, então, que a neuropsicologia está entrelaçada com os fundamentos psicológicos, proporcionando a ideia de cérebro e mente como um todo e não como uma dicotomia.

O objetivo da avaliação neuropsicológica é identificar distúrbios das funções superiores produzidos por alterações cerebrais, desencadeando respostas comportamentais. Dentro do contexto de saúde mental, esta modalidade de avaliação visa a esclarecer a existência de alguma patologia orgânica que possa estar desencadeando a sintomatologia de um quadro específico, bem como a investigação de alterações funcionais e estruturais das funções cognitivas acarretadas por patologias psiquiátricas. Portanto, a avaliação neuropsicológica abrange objetivos como o diagnóstico diferencial, a identificação do comprometimento das funções cognitivas e a avaliação do grau de deterioração apresentado pelo portador de doença mental. (Vieira, Fay, Neiva-Silva, 2007, p. 185-186)

Portanto a avaliação neuropsicológica abrange uma análise intensiva do comportamento por meio de técnicas e procedimentos padronizados e não padronizados, como entrevistas, escalas, questionários e testes normalizados de forma que possam ser avaliados se há indícios de lesões cerebrais ou comprometimento das áreas funcionais cognitivas.



FUNÇÕES PSICOLÓGICAS AVALIADAS

INTELIGÊNCIA

A inteligência é um componente que envolve todas as outras habilidades cognitivas que desempenham funções de identificação e resolução de problemas (como as Funções Executivas, por exemplo). Além disso, é por meio da inteligência que o indivíduo é capaz de lidar efetivamente com o seu meio e agir de modo a alcançar objetivos (Lopes et al., 2012; Wechsler, 2004).

Segundo Primi & Nakano (2014), existem dois subtipos da inteligência:

- Inteligência fluida: se associa com a capacidade atencional e com a flexibilidade para lidar com o novo, além de estar ligada aos processos que envolvem a habilidade de estabelecer relações, formular conceitos, fazer classificações e generalizações.
- Inteligência cristalizada: compreende a habilidade de recordar a informação previamente aprendida, dependendo muito mais de fatores ambientais e culturais. Na avaliação da inteligência cristalizada podem ser utilizadas as provas de vocabulário e de informações gerais, por exemplo (Lopes et al., 2012).

LINGUAGEM

Refere-se a um componente que se desenvolve a partir de fatores genéticos e de estímulos ambientais, tendo como função principal a comunicação social (Castaño, 2003; Schrimmer, Fontoura & Nunes, 2004). A avaliação neuropsicológica da linguagem visa investigar suas bases neurológicas, seu processo de aquisição, seu processamento cognitivo, além dos déficits linguísticos (Salles & Rodrigues, 2014).



De acordo com Seabra & Dias (2012) alguns subsistemas estão envolvidos no processo de desenvolvimento da linguagem, sendo os principais:

- O componente fonológico: habilidades que permitem a percepção das diferenças acústicas entre os sons que formam as palavras;
- O componente semântico: está ligado ao significado da língua;
- O morfossintático: que estuda os morfemas gramaticais associados à função sintática na frase;
- O nível pragmático: que está relacionado a como o sujeito utiliza a linguagem no seu contexto social.

MEMÓRIA

A memória configura-se como um sistema complexo devido ao envolvimento de diversos elementos nos processos de aquisição, retenção e resgate de informações. Neste sentido, na avaliação da memória torna-se necessário levar em consideração aspectos como suas características e estruturas básicas (Abreu, et. al., 2014). De acordo com Strauss, Sherman & Spreen (2006), os sistemas de memória podem se dividir da seguinte forma:

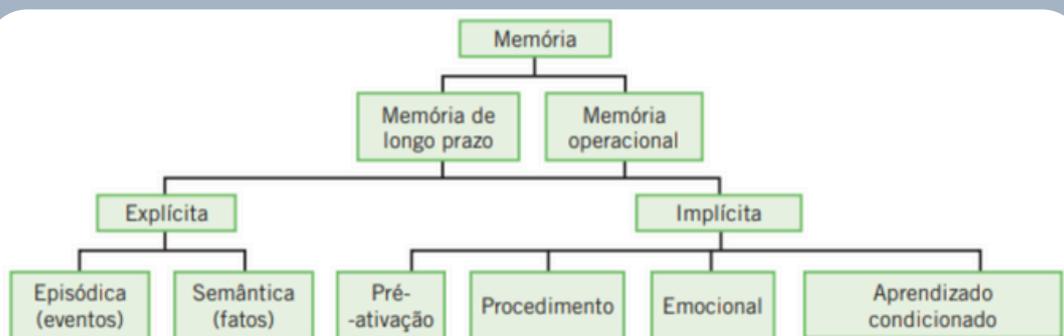


FIGURA 8.1 Estrutura dos sistemas de memória.
Fonte: Strauss e colaboradores (2006).



Podemos entender a atenção como a capacidade de selecionar e priorizar determinados estímulos em detrimento de outros, sendo esta uma habilidade essencial na realização dos mais diversos tipos de tarefas (Xavier, 2015). Por envolver diferentes mecanismos de controle, os processos atencionais são divididos em atenção sustentada, atenção seletiva, atenção dividida e alternada (Xavier, 2015).

FUNÇÕES EXECUTIVAS

As Funções Executivas (FEs) são caracterizadas como o conjunto de funções que, ao relacionar-se entre si, possibilitam que o indivíduo alcance determinado objetivo, desempenhando um papel essencial na execução de atividades que demandam raciocínio, concentração e controle de impulsos (Rocha, 2018).

Os principais componentes envolvidos no funcionamento executivo são:

MEMÓRIA OPERACIONAL

Classificada como um sistema provisório de armazenamento de informações, permitindo assim o monitoramento e manejo dos dados e é composto por quatro subcomponentes, sendo eles o executivo central, a alça fonológica, o esboço visuoespacial e o retentor episódico (Fuentes, 2014).

MEMÓRIA OPERACIONAL

Classificada como um sistema provisório de armazenamento de informações, permitindo assim o monitoramento e manejo dos dados e é composto por quatro subcomponentes, sendo eles o executivo central, a alça fonológica, o esboço visuoespacial e o retentor episódico (Fuentes, 2014).

CONTROLE INIBITÓRIO

Capacidade na inibição de respostas prepotentes ou inapropriadas, bem como de reações a estímulos que dificultam o desempenho de uma atividade (Fuentes, 2014).

FLEXIBILIDADE PSICOLÓGICA

É possível conceituá-la como a capacidade de alternância entre pensamentos e ações diante das demandas ambientais (Fuentes, 2014).

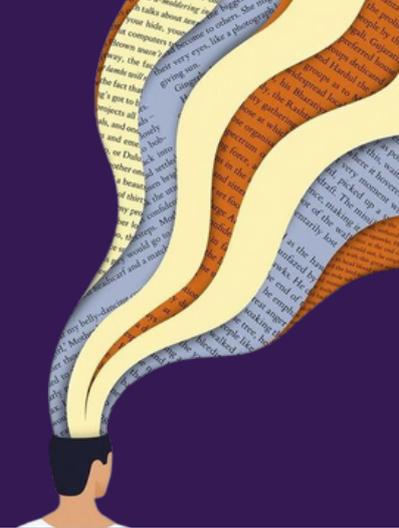
PLANEJAMENTO

Um processo que se refere à capacidade de definir a maneira mais apropriada de atingir um objetivo estabelecido, utilizando os passos e instrumentos necessários para cumprir a meta. (Diamond, 2016; Fuentes, 2014)

TOMADA DE DECISÕES

Definida como a capacidade de escolher uma alternativa diante de várias outras e envolve os demais processos das funções executivas (Diamond, 2016).

REABILITAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA



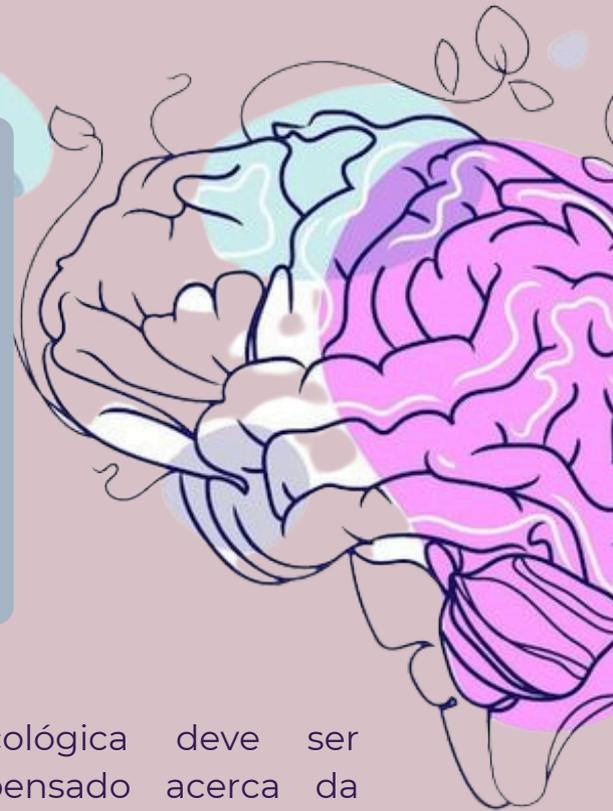
A reabilitação neuropsicológica tem como objetivo intervir junto ao paciente com lesões cerebrais, de forma que ocorram melhoras nas sequelas advindas de alguma lesão cerebral, podendo compensar as sequelas com estratégias, contorná-las ou se adaptar a sua nova condição, promovendo a reinserção dessas pessoas no seu ambiente comum e a adaptação do sujeito junto a família, em casos de alterações permanentes. A reabilitação neuropsicológica é realizada em equipes multiprofissionais nas instituições acadêmicas e profissionais (CFP, 2004).

Reabilitação neuropsicológica e reabilitação cognitiva, embora muitas vezes tratadas como sinônimos, são diferentes, isso pois a reabilitação neuropsicológica é mais abrangente que a reabilitação cognitiva, visto que essa ocupa-se com o tratamento das funções cognitivas (atenção, memória, percepção, linguagem etc.) e tem como objetivo a melhora no desempenho tarefas que demandem funções cerebrais determinadas. A reabilitação neuropsicológica tem como objetivo, além da melhora cognitiva, corrigir e maximizar a aprendizagem de habilidades cognitivas, possibilitando que os pacientes descubram meios alternativos e adequados para realizar suas metas funcionais específicas (Corrêa, 2009).

Para que ocorra o processo de reabilitação neuropsicológica é imprescindível que o neuropsicólogo tenha o conhecimento sobre neuroplasticidade e sobre os processos de recuperação funcional após uma lesão cerebral, isso pois a recuperação das funções cognitivas depende tanto da neuroplasticidade, que é a habilidade que o cérebro tem de recuperar uma função através da proliferação neuronal, migração e interações sinápticas, quanto da plasticidade funcional, que é grau de recuperação possível de uma função através de estratégias de comportamento alteradas (Dias, Lopes & Carvalho, 2020).

A avaliação neuropsicológica é responsável por mensurar os prejuízos cognitivos e as funções inalteradas, não se limita à apresentação de diagnóstico e prognóstico, como também em direcionar o processo de reabilitação cognitiva. Assim é possível fazer a inferência das características funcionais e estruturais do cérebro e com isso planejar e executar estratégias que irão compor o plano de reabilitação neuropsicológica. Ao longo do processo de reabilitação neuropsicológica, faz-se uma avaliação dos resultados com o intuito de verificar se a intervenção foi mesmo eficaz, através de relatos subjetivos, do desempenho efetivo nas tarefas e do comportamento cotidiano alcançado (Corrêa, 2009).

O campo de estudo da reabilitação neuropsicológica é uma área relativamente recente e tem como objetivo é estabelecer estratégias de base neurobiológicas para programas de intervenção efetivos que resultem tanto na melhor adaptação funcional como em uma melhor qualidade de vida para o paciente (Abrisqueta-Gomez, 2012).



Um programa de reabilitação neuropsicológica deve ser individualmente elaborado e organizado, pensado acerca da situação de aprendizagem e performance do paciente, revisto após uma avaliação dos resultados e se necessário modificado, considerando que o foco pode mudar tanto pela recuperação quanto pelos processos de maturação cerebral e os fenômenos decorrentes da plasticidade neuronal. É importante deixar claro que nem sempre é possível restaurar uma função cognitiva prejudicada, mas existe a possibilidade de compensá-la, descobrindo formas de reduzir os problemas do cotidiano (Corrêa, 2009).

REFERÊNCIAS

ABREU, N. et al. Neuropsicologia da aprendizagem e memória. In: FUENTES, D., MALLOY-DINIZ L. F., CAMARGO, C. H. P., COSENZA, R. M. et. al. (Orgs.). Neuropsicologia – Teoria e Prática. Porto Alegre: Artmed, 2014. (pp. 103-114).

ABRISQUETA-GOMEZ J. A. et al. Reabilitação neuropsicológica: abordagem interdisciplinar e modelos conceituais na prática clínica. Porto Alegre: Artmed, 2012.

CASTAÑO, J. Bases neurobiológicas del lenguaje y sus alteraciones. Rev Neurol. v. 36, n. 8, p. 781-785, abr. 2003.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução nº 2, de 03 de março de 2004. Disponível em <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2006/01/resolucao2004_2.pdf>. Acesso em: 8 de fevereiro de 2023

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução nº 23, de 13 de outubro de 2022. Disponível em <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-23-de-13-de-outubro-de-2022-437945688>>. Acesso em: 6 de fevereiro de 2023

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução nº 31, de 15 de dezembro de 2022. Disponível em <<https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-31-2022-estabelece-diretrizes-para-a-realizacao-de-avaliacao-psicologica-no-exercicio-profissional-da-psicologa-e-do-psicologo-regulamenta-o-sistema-de-avaliacao-de-testes-psicologicos-satepsi-e-revoga-a-resolucao-cfp-no-09-2018?origin=instituicao>>. Acesso em: 7 de fevereiro de 2023

CORRÊA, R. C. R. Uma proposta de reabilitação neuropsicológica através do programa de enriquecimento instrumental (PEI). *Ciências & Cognição*, v. 14, n. 2, 2009.

DIAMOND, A. Why improving and assessing executive functions early in life is critical. In J. A. Griffin, P. McCardle, & L. Freund (Eds.), *Executive function in preschool-age children: Integrating measurement, neurodevelopment, and translational research*. Washington: American Psychological Association, pp. 11-43, 2016.

DIAS N. M.; LOPES F. M.; CARVALHO F. C. *Neuropsicologia: Atuação e pesquisa no curso de Psicologia da UFSC*. LANCE/UFSC, 2020.

FERNANDES LOPES, et al . Reflexões teóricas e práticas sobre a interpretação da Escala de Inteligência Wechsler para adultos. *Act.Colom.Psicol.*, Bogotá, v. 15, n. 2, p. 109-118, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0123-91552012000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 01 Fev. 2023.

FUENTES, D., MALLOY-DINIZ L. F., CAMARGO, C. H. P., COSENZA, R. M. et. al. (2014). *Neuropsicologia – Teoria e Prática*. Porto Alegre: Artmed.

Fuentes, Daniel; Malloy-Diniz, Leandro Fernandes; Camargo, Candida Helena Pires; Cosenza, Ramon M. (orgs); (coord). *Neuropsicologia - Teoria e Prática [2ed.]*. PORTO ALEGRE: ARTMED, 2014. 428p.

HAMDAN, A. C.; PEREIRA, A. P. A.. Avaliação neuropsicológica das funções executivas: considerações metodológicas. *Psicologia: Reflexão e crítica*, v. 22, p. 386-393, 2009.

KRISTENSEN, C. H.; ALMEIDA, R. M. M.; GOMES, W. B. Desenvolvimento histórico e fundamentos metodológicos da neuropsicologia cognitiva. *Psicologia: reflexão e crítica*, v. 14, p. 259-274, 2001.

LOPES, F. M. R. et al . REFLEXÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS SOBRE A INTERPRETAÇÃO DA ESCALA DE INTELIGÊNCIA WECHSLER PARA ADULTOS. *Act.Colom.Psicol.*, Bogotá , v. 15, n. 2, p. 109-118, Dec. 2012 . Disponível em <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0123-91552012000200011&lng=en&nrm=iso>. acesso 31 Jan. 2023.

MÄDER, M. J. Avaliação neuropsicológica: aspectos históricos e situação atual. *Psicologia: ciência e profissão*, v. 16, p. 12-18, 1996.

Moura, G. C., Silva, C. B. da, Bertolino, E. F., Silva, E. B. da, Mota, G. S. da, Silva, M. J. da, & Silva, T. L. (2016). AVALIAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA: UMA REVISÃO DE LITERATURA. *Caderno De Graduação - Ciências Biológicas E Da Saúde - UNIT - ALAGOAS*, 3(2), 13-28. Recuperado de <https://periodicos.set.edu.br/fitsbiosauade/article/view/2310>

OTTATI, F.; NORONHA, A, P. P. Parâmetros psicométricos de instrumentos de interesse profissional. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 3, n. 2, p. 37-50, 2003. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812003000200003>. Acesso em: 31 jan. 2023.

PACICO, J. C. Como é feito um teste? Produção de itens. In: HUTZ, C. S.; BANDEIRA, D. R. & TRENTINI, C. M. (Orgs.). *Psicometria*. Porto Alegre: Artmed, 2015. (pp. 55-69)

PASQUALI, L. Histórico dos instrumentos psicológicos. *Instrumentos psicológicos: manual prático de elaboração*, Brasília: Editora UnB, 1999.

PASQUALI, L. A medida e sua prática em Psicologia. Em Conselho Regional de Psicologia (13a. região PB/RN). *A diversidade da Avaliação Psicológica: considerações teóricas e práticas*. João Pessoa, PB: Idéia, 2001.

PASQUALI, L. *Psicometria*. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 43, n. spe, p. 992–999, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/reeusp/a/Bbp7hnp8TNmBCWhc7vjbXgm/>>. Acesso em: 1 fev. 2023.

PRIMI, R.; NAKANO, C. T. Inteligência. In: SANTOS, F. H., ANDRADE, V. M. BUENO, O. F. A. (Orgs.). *Neuropsicologia Hoje*. Porto Alegre: Artmed, 2015, (pp. 122-139).

Ramos, A. A., & Hamdan, A. C.. (2016). O crescimento da avaliação neuropsicológica no Brasil: uma revisão sistemática. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 36(Psicol. cienc. prof., 2016 36(2)). <https://doi.org/10.1590/1982-3703001792013>

REPPOLD, C. T. et al. (Artigo teórico) Contribuições da psicometria para os estudos em neuropsicologia cognitiva. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, v. 17, n. 2, 2015. Disponível em: <<https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/7367>>. Acesso em: 1 fev. 2023.

ROCHA, M. C. M. Funções Executivas: o que são e qual o seu papel na Neurociência Cognitiva? *Boletim SBNp*, São Paulo, SP, v.1, n.5, p. 5-14, 2018.

SALLES, J. F.; RODRIGUES, J. C. Neuropsicologia da Linguagem. Em FUENTES, D., MALLOY-DINIZ L. F., CAMARGO, C. H. P., COSENZA, R. M. et. al. (Orgs.). *Neuropsicologia – Teoria e Prática*. Porto Alegre: Artmed, 2014, (pp. 93-102).

SCHIRMER, C. R., FONTOURA, D. R.; NUNES, M. L. Distúrbios da aquisição da linguagem e da aprendizagem. *Jornal de Pediatria*. 2004, v. 80, n. 2, p. 95-103. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0021-75572004000300012>. Acesso em 12 out. 2021.

SEABRA, A. G.; DIAS, N. M. Avaliação neuropsicológica cognitiva: Linguagem oral. Volume 2. São Paulo: Memnon; 2012

STRAUSS, E., SHERMAN, E. M. S., & SPREEN, O. A. A compendium of neuropsychological tests: Administration, norms, and commentary. New York: Oxford University, 2006.